

(RE)PENSANDO O SUL GLOBAL COMO REFERÊNCIA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS SOCIOLÓGICOS: UMA PERSPECTIVA ANTICOLONIAL

Rodrigo Peixoto Macedo¹

Ricardo Cesar Carvalho Nascimento²

RESUMO

O presente trabalho busca refletir o sul global enquanto lugar de referência na produção de conhecimentos sociológicos, pondo em xeque, sob uma ótica anticolonial, a predominância de um pensamento ocidental eurocentrado e universalista, constituído a partir da ideia de modernidade. Nesse sentido, por meio de uma abordagem descritiva, dialógica e crítico-reflexiva, foi realizado um apanhado bibliográfico do que se tem produzido de teoria sociológica e saberes plurais a partir de reivindicações do sul global e seus sentidos históricos, com base na reflexão sobre as orientações pós-colonial e decolonial, as sociologias emergentes, as epistemologias do sul, a decolonialidade, as perspectivas endógena e indígena em sociologias africanas, além da teorização por meio de perspectivas ontológicas plurais. Assim, concluiu-se que tal empreendimento epistemológico tem sido fundamental para enriquecer os debates sociológicos, auxiliando na compreensão de que a sociologia se manifesta por meio de epistemes vivas e plurais e que o pensamento sociológico “clássico” e hegemônico, válido em diversos aspectos, mesmo sob viés anticolonial, não é universal e, portanto, não é o único capaz de buscar interpretar as relações sociais, em suas múltiplas realidades.

Palavras-chave: Sul global. Sociologias do sul. Epistemologias do sul.

ABSTRACT

This paper seeks to reflect on the global south as a place of reference in the production of sociological knowledge, calling into question, from an anti-colonial perspective, the predominance of Eurocentric and universalist Western thinking, based on the idea of modernity. In this sense, using a descriptive, dialogical and critical-reflexive approach, a bibliographical overview was made of what has been produced in terms of sociological theory and plural knowledge based on the claims of the global South and its historical meanings, based on reflection on a post-colonial and decolonial orientations, emerging sociologies, epistemologies of the South, decoloniality, endogenous and indigenous perspectives in African sociologies, as well as theorizing through plural ontological perspectives. Thus, it was concluded that this epistemological undertaking has been fundamental in enriching sociological debates, helping to understand that sociology manifests itself through living and plural epistemes and that "classical" and hegemonic sociological thinking, which is valid in many respects, even with an anti-colonial bias, is not universal and therefore not the only one capable of seeking to interpret social relations in their multiple realities.

Keywords: Global South. Sociologies of the South. Epistemologies of the South.

¹ Discente do curso de Licenciatura em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

² Orientador. Docente do curso de Licenciatura em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

INTRODUÇÃO

As discussões sociológicas e outras contribuições teórico-práticas sobre o sul global, entendido aqui como um lugar geográfico e simbólico de plurais possibilidades epistemológicas, têm sido profícuas, principalmente através da partilha das experiências comuns nas relações afro-latino-asiáticas, em demonstrar, por um lado, o contexto histórico colonial de dominação material e a invisibilização da capacidade de produção de conhecimentos a partir de seus territórios e povos, e, por outro, a sua potência criadora. Interpretado historicamente como “Terceiro Mundo” ou “países em desenvolvimento”, a construção de sentidos do sul atua, assim, no enfrentamento de narrativas hegemônicas instauradas pela racionalidade ocidental, partindo da compreensão das colonialidades erigidas pelo estabelecimento da modernidade e com base na contextualização de suas próprias realidades concretas, que, dentro de uma totalidade, são marcadas por especificidades que teorias universalizantes nem sempre são capazes de dar conta, visto que, como percebido na sociologia “clássica”, esbarram em concepções que desconsideram epistemes componentes destes lugares.

Nesse sentido, o presente artigo tem, como principal objetivo, por meio de um apanhado bibliográfico numa abordagem descritiva, dialógica e crítico-reflexiva, sob perspectiva anticolonial, refletir o sul global enquanto lugar de referência epistêmica na produção de conhecimentos sociológicos, através do entendimento sobre o que pretende a sociologia e os impactos de sua constituição hegemônica ocidental, e posterior mapeamento e diálogo entre diferentes perspectivas teóricas do sul, com a investigação de seus limites e possibilidades e com a reflexão crítica acerca das suas relações com o pensamento sociológico “clássico”.

Desse modo, na primeira parte do artigo é realizada uma reflexão acerca dos principais propósitos da sociologia, com o intuito de compreender o que define um conhecimento sociológico e quem tem sido historicamente legitimado a produzi-lo. A partir disso, elabora-se uma análise crítica sobre a sociologia clássica ocidental que, por meio das noções em torno da modernidade e seus desdobramentos, opera de modo eurocêntrico, hegemônico e universalizante, estruturando a organização de uma imaginação sociológica em meio às transformações sociais e consequências mundiais do período de sua formalização, mas invisibilizando teorizações sociais não ocidentais, não brancas e femininas, por meio da prática colonial e sua política racista e androcêntrica, como refletem Alatas e Sinha (2023), tornando urgente a elaboração de um projeto de descolonização da sociologia, que seja, ao mesmo tempo, crítico e dialógico, como propõem estudos e cosmovisões contra-hegemônicos, principalmente a partir do sul global.

Considerando isso, são abordadas dialogicamente perspectivas teóricas que, justamente a partir da reivindicação dos sentidos históricos comuns do sul global, contribuem para o pensamento sociológico. Para tanto, serão contextualizados, em orientação pós-colonial, antagonizando o colonialismo e suas marcas estruturantes, com base em Boatcã e Costa (2017), ou decolonial, em Ballestrin (2013), as sociologias emergentes, em Rosa (2020), como proposta de pensar a sociologia de modo plural, para além do cânone ocidental, o estudo de Santos (2002), que trata das sociologias das ausências e emergências, problematizando a hierarquização dos saberes com as epistemologias do sul (SANTOS; MENESES, 2010), a decolonialidade, em torno do grupo Modernidade/Colonialidade, criado por diversas/os autoras/es que discutem, como indicam Ballestrin (2013) e Quintero, Figueira e Elizalde (2019), a partir da América Latina, a tríade conceitual Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD), o mapeamento das teorias do sul e a defesa da descolonização da sociologia acadêmica, em Connell (2017), em diálogo com suas limitações e potencialidades, refletidas por Rosa (2020), além da teorização enriquecedora dos pensamentos endógeno e indígena em sociologias africanas, com Adesina (2012) e Hountondji (1997; 2008), e debate sobre possibilidades ontológicas plurais para uma imaginação sociológica anticolonial, com base em Akiwowo (1988), Moura (2020), Fals Borda (2008) e Barbosa (2019).

Na parte final do estudo, é feita uma análise sobre o lugar do pensamento clássico ocidental nas teorias do sul, com base na crítica elaborada por Alatas e Sinha (2023), a respeito de pontos centrais das obras de Emile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, considerando o protagonismo de suas teorias na sociologia “clássica”, que, entre distanciamentos e aproximações, gera a reflexão se podem dialogar com uma perspectiva anticolonial, como é proposto em Aguiar (2017), através da ideia de um marxismo decolonial, que pode oportunizar as epistemologias e sociologias do sul a trabalharem, pois, com base na pluriversalidade, um conceito filosófico de Noguera (2014), em prol de um pensamento sociológico vivo, centrado na abordagem histórico-crítica, considerando especificidades e racionalidades, ou cosmovisões, plurais, que não ignore os modos de ser e sentir invisibilizados pela ótica canônica ocidental, sem desconsiderar suas contribuições que podem dialogar com esta perspectiva.

É destacado, assim, que o pensamento sociológico produzido com base na reivindicação anticolonial dos sentidos epistemológicos que constroem o sul global pode ser percebido como uma rica fonte de referência para o debate sociológico histórico e contemporâneo, fundamentado no desafio aos paradigmas estabelecidos pela sociologia hegemônica euro-estadunidense e na proposição dialógica de novas perspectivas.

(Re)pensando propósitos sociológicos fundamentais: Crítica sobre uma visão colonial e hegemônica da sociologia

Para buscar compreender como o sul global tem se constituído enquanto um centro de referência na produção de conhecimentos sociológicos, é pertinente que seja elaborada uma reflexão sobre quais são os objetivos centrais da sociologia, e se esses objetivos são observáveis e alcançáveis somente a partir da sua formalização, como disciplina, no Ocidente e sua gradual construção hegemônica. É oportuno que seja delimitado, então, como ponto de partida, o entendimento do que seria uma imaginação sociológica, que, sob a ótica de Mills (1975), é desenvolvida através da investigação e apreensão de cenários sócio-históricos mais amplos, reveladores de estruturas e inter-relações sociais para além das experiências individuais, o que possibilitaria, então, a produção de conhecimentos sociológicos.

A necessidade dessas reflexões encontra justificativa no fato de que a construção hegemônica da sociologia, formalizada nos moldes dos contextos francês, britânico e, posteriormente, estadunidense, gerou a ideia de que somente a sociologia ocidental possui legitimidade para racionalizar e compreender o mundo social, para construir uma imaginação sociológica, principalmente pela sua sistematização científica como caráter legitimador, e aplicação, por meio de mecanismos de poder, em escala global. Construiu-se, dessa maneira, com base na própria “História Oficial” de criação da disciplina, como aponta Connell (1997), ao formular uma crítica ao caráter “clássico” da sociologia ocidental, a noção de que o seu nascimento ocorreu em solo europeu, para que então fosse possível, segundo Ianni (1989), apreender novos e desafiadores fenômenos que surgiam com as transformações sociais causadas pela modernidade, centrada nos eventos em torno das revoluções industrial e francesa.

A partir disso, Ianni (1989) pontua que diversos temas “gerais” se tornaram o foco da construção universalizante de uma imaginação sociológica e conseqüentemente da produção de conhecimentos sociológicos, o que inclui a questão das relações de trabalho e sua divisão social e internacional, as revoluções e contra-revoluções, os estados-nação, as ideologias, as questões de ordem e progresso, entre outras implicações socioeconômicas, culturais e geopolíticas que, em muitas ocasiões, são negligenciadas, como ilustram Alatas e Sinha (2023), por serem alicerçadas a um contexto de dominação histórica através do colonialismo e suas políticas de dominação imperialista.

Não é, todavia, como se esses temas, incorporados também a movimentos e perspectivas anticoloniais, não fossem, de fato, observáveis em escala mundial, a partir das mudanças provocadas pela modernidade, ou não devessem, de fato, por estas transformações observadas,

ocupar o núcleo dos debates sociológicos. A questão é que somente a estruturação e sistematização dos conhecimentos ocidentais têm dominado as ciências sociais, inclusive no Brasil, com ampla influência francesa, como destaca Oliveira (2018), mostrando que há, contudo, além da tradução linguística de obras consideradas clássicas, tentativas de adaptação ao contexto nacional. Mas esse esforço tem conseguido abranger as complexidades resultantes das colonialidades que impactam a construção e o desenvolvimento nacional? Esse é um questionamento que suscita a reflexão sobre as possibilidades de uma universalização das teorias “canônicas” ocidentais para a compreensão das realidades do sul global, considerando suas singularidades históricas e elos comuns em torno da experiência colonial e para além dela.

É preciso, então, compreender que o fazer sociológico possui base histórica, uma vez que trata da “inter-relação de ações significativas e contextos estruturais para entender as consequências e transformações sociais” (SKOCPOL; MISKOLCI, 2004, p. 8). Então por que se tem compreendido, pela ótica colonial universalista, que somente parte da Europa e, posteriormente os Estados Unidos, são legítimos produtores de conhecimentos sociológicos? Pensar nisso é buscar possibilidades para uma abordagem sociológica preocupada com os períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial, situando o projeto imperialista de estrutura socioeconômica, cultural e política do norte global enquanto construtor desse novo mundo que surge com a modernidade, erigida com bases colonialistas, como destaca Mignolo (2017). Em outras palavras, isso passa pelo exame crítico de “pretensões universalistas das ciências sociais em relação ao passado e o presente não-ocidental” (SETH, 2016, p. 268). Supõe-se, assim, que o papel do colonialismo, por seu caráter histórico e fundador de transformações sociais em escala mundial, jamais deve ser ignorado pela sociologia, visto que sua estruturação foi o que proporcionou a construção objetiva e simbólica de um mundo eurocentrado.

Não obstante, diante de um cenário de hegemonia, quem pode produzir conhecimento? Quem pode fazer sociologia? Como o pensamento clássico ocidental consegue dar conta de toda a “macro realidade”, com seus macro e micro processos que, por muitas vezes, como mostram os exemplos históricos de saberes hierarquicamente inferiorizados (SANTOS; MENESES, 2010), são desconhecidos e/ou ocultados? A busca das respostas a essas perguntas é o que orienta plurais perspectivas contra-hegemônicas da teoria social, reconhecendo que todos os povos possuem história e modos de interpretar e teorizar suas realidades sociais, de construir sua imaginação sociológica, com sistematizações que trabalham por vieses ontológicos plurais, inclusive cientificamente, posto que a crítica à ciência hegemônica não é uma conduta anticientífica, mas antagônica à forma positivista e excludente de se fazer ciência.

Cientes disso, Alatas e Sinha (2023), ao tratarem sobre as teorias sociológicas para além do cânone ocidental, destacam exemplos pertinentes a respeito de sociologias deslocadas desse centro de poder, tanto anteriores à modernidade, como a sociologia khalduniana, datada de meados do século XIII, que teve Ibn Khaldun como “pai fundador”, desenvolvendo, além da compreensão das organizações sociais dos árabes e berberes, o conceito de *Asabiyyah*, relativo ao sentimento de coesão entre grupos, preocupando-se com a confiabilidade, isto é, a cientificidade de seu trabalho, em constante diálogo com a filosofia e a poesia, quanto algumas do século XIX, justamente o período em que a sociologia europeia buscava dar conta da estruturação de preceitos modernos e seus desdobramentos. Isto pode ser observado nos casos de José Rizal (1861 – 1896), teórico das Filipinas, que desenvolveu uma sociologia de enfrentamento ao colonialismo, apontando que a indolência do povo filipino, frente à colonização, era um mito e um dos artifícios de sabotagem dessa política dominante, Said Nurse (1877 – 1960), teólogo otomano que buscou compreender as questões em torno das tradições e a modernidade, tendo a religião como foco, e Benoy Kumar Sarkar (1887 – 1949), teórico indiano que analisou criticamente o colonialismo e sua orientação racista, apontando as fragilidades de suas dicotomias legitimadoras de violências, tal como Ocidente/Oriente.

Estes exemplos ilustram bem como a hegemonia da sociologia ocidental cria um imaginário que retira a historicidade de sujeitos históricos não enquadrados numa racionalização branca, patriarcal e cristã, invisibilizando, para além das epistemologias não-ocidentais, teóricas mulheres, de modo geral - e principalmente mulheres negras. Alatas e Sinha (2023) nomeiam essa prática excludente de androcentrismo, percebendo que “A descrição dominante do desenvolvimento da teoria sociológica nos levaria a crer que, no século XIX e no início do XX, apenas homens brancos da Europa Ocidental e, mais tarde, da América do Norte pensaram de modo criativo e sistemático sobre as origens e a natureza da modernidade emergente em seu tempo” (ALATAS; SINHA, 2023, p. 34).

Tal cenário se torna mais evidente quando nem sequer as mulheres teóricas ocidentais brancas, do mesmo período histórico dos “clássicos”, conseguiram notoriedade, como o autor e a autora abordam ao citarem Harriet Martineau (1802 – 1876), intelectual inglesa que elaborou métodos sociológicos antes de Durkheim e traduziu parte da obra do positivismo de Comte, alinhando-se à ideia do capitalismo como desenvolvimento, e Florence Nightingale (1820 – 1910), considerada a fundadora da enfermagem moderna, que era também uma pensadora interessada nos problemas sociais da época, aproximando-se da causa nacionalista dos indianos. Alatas e Sinha (2023) destacam, ainda, a socióloga indiana Pandita Ramabai Sarasvati (1858 –

1922), que, apesar de ter sido simpática à democracia liberal estadunidense, partiu de uma perspectiva não ocidental, criticando, ainda, o racismo, o patriarcado e a institucionalização da religião. Nesse sentido, as três autoras, através de perspectivas e lugares diferentes, possuem em comum o fato de serem contemporâneas dos considerados maiores clássicos da sociologia ocidental, mas não serem parte do cânone, mesmo com seus contributos à sociologia da época.

O intuito da reflexão em torno destes exemplos, além de explicitar como uma visão hegemônica da sociologia invisibiliza a história de corporeidades e territorialidades não ocidentais e não alinhadas, sob uma égide patriarcal e racista, produzindo aquilo que Ali Meghji (2021) define como “episteme colonial”, com exceção dos aspectos centrais da abordagem histórico-crítica, é mostrar como as teorizações sociais não são invenções de centros hegemônicos de poder e sua lógica eurocêntrica, que carrega consigo marcas estruturantes, como o androcentrismo e o racismo, e nem possível somente pela ideia da modernidade e as formas de racionalizar o mundo geradas a partir de suas consequências, o que não diminui, porém, a importância de seus fenômenos, que continuam a impactar o mundo social e por isso, evidentemente, devem ser considerados pela sociologia, em suas mais diferentes perspectivas.

Em outros termos, como bem ressalta Ianni (1989), a sociologia clássica encontrou, na modernidade, um conjunto de condições que proporcionaram a visão global de um sistema-mundo em desenvolvimento e expansão, o que deu origem às condições para estabelecimento de sua hegemonia e a percepção de sua legitimidade enquanto sociologia universal. Isso não significa que a sociologia ocidental é a única e, por outro lado, não significa que ela é menos sociológica ou que as sociologias não-ocidentais devem buscar suprimi-la, pois há possibilidade de diálogos, mas também muitos aspectos a serem revistos, tendo em mente as questões fundamentais que interessam à sociologia e os alicerces das sociologias do sul, que têm a crítica contra-hegemônica como ponto de partida.

Defende-se, pois, para além da consciência da necessidade de uma abordagem histórico-crítica abrangente na sociologia, a urgência da descolonização como práxis do fazer sociológico, a começar pela reflexão da própria modernidade enquanto produtora de colonialidades, como destacam Quijano (2005) e Mignolo (2017), além do reconhecimento da capacidade e legitimidade na elaboração epistemológica do sul global. Sem isso, a sociologia deixará importantes lacunas em seus propósitos mais fundamentais de apreensão das realidades sociais e suas transformações, pois negligenciará, como tem sido observado na visão hegemônica e universalizante ocidental, aspectos e saberes históricos imprescindíveis para a compreensão dos alicerces do tempo presente e suas dinamicidades.

O sul global como referência na produção de conhecimentos sociológicos

Viu-se que uma parte fundamental da descolonização como práxis na sociologia, isto é, por meio do exercício reflexivo sobre a realidade e ação a partir da reflexão sobre essa determinada realidade, conforme explicitado por De Oliveira (2011), é buscar respostas à questão de quem pode produzir conhecimento sociológico, com base em situações históricas concretas, como a hegemonia ocidental e seus impactos materiais e subjetivos na criação do chamado mundo moderno e as formas legitimadas de interpretá-lo.

É evidente, pois, que a sociologia entendida como “clássica” continua a contribuir para a área, pois sistematizou métodos e abordagens significativas para a construção da imaginação sociológica, para a sociologia enquanto ciência e disciplina, mas, ao contrário do que indica sua ótica hegemônica, como apontado, ela não é a única com essa capacidade de reflexão e elaboração. Não obstante, entende-se que “determinadas experiências sociais só podem ser compreendidas ante a um exame cuidadoso da experiência colonial” (Oliveira, 2018, p. 64) e, é com isso em mente, que será exposto, através de exemplos concretos, com base em produções provenientes de autoras/es de diversas localidades e descentralizadas/os de um pensamento universalizante e hegemônico, produzindo saberes de forma contextualizada, que o sul global tem sido um grande espaço de referência epistêmica, contribuindo para uma sociologia plural e em constante desenvolvimento, ao apontar, por um lado, as limitações da sociologia clássica ocidental em aplicação universal, e, por outro, propondo formas de interpretar o sul global com base em sua historicidade, por meio de saberes resgatados e na investigação e análise crítica das consequências das experiências coloniais, causadoras de reconfigurações socioeconômicas, culturais e políticas nos territórios colonizados, e para além delas.

Esta perspectiva, analisada em Boatcã e Costa (2017) pode ser denominada, ao menos nesta abordagem específica, como pós-colonial – em outras abordagens esse termo está mais alinhado às produções de países do Norte global, sem reivindicações dos sentidos concretos do sul, mas apenas revisão de narrativas, numa visão anticolonial, porém pós-estruturalista, mas também é apreendida na perspectiva descolonial, ou decolonial, como expõe Ballestrin (2013), ao destacar a inspiração em Quijano (2005) e Mignolo (2017) para os estudos decoloniais, problematizando a colonialidade enquanto o lado mais sombrio da modernidade, constituindo-se a partir das condições estabelecidas pela “transformação de um mundo policêntrico e não capitalista antes de 1500 para uma ordem mundial monocêntrica e capitalista de 1500 a 2000” (MIGNOLO, 2017, p. 2).

É relevante destacar as trajetórias e motivações destes estudos na medida em que são originados de lutas históricas contra as estruturas de dominação colonialistas, como ilustra Mignolo (2017), possibilitando a percepção de que o ponto crucial de relação entre as teorias e epistemologias anticoloniais do sul se dá, portanto, na compreensão das colonialidades, seus impactos e suas singularidades para discutir os sentidos engendrados a partir do reconhecimento e enfrentamento em meio a uma relação de subalternização frente ao norte global. Mas quem propõe, e o que propõem, as abordagens formuladas com base nessas compreensões? É importante que essas plurais perspectivas sejam postas “lado a lado” e analisadas criticamente, revelando limitações e, sobretudo, o poder criativo originado das experiências do sul global.

Ora, são muitas as investigações que têm sido elaboradas considerando essa contextualização, como ilustram as sociologias emergentes, sobre as quais Rosa (2020) revela o caráter potente da teoria sociológica do sul global. Em seu estudo, o sociólogo brasileiro destaca que o intuito primordial destes pensamentos “emergentes” é refletir as sociologias que “emergem de vários lugares e pessoas” porque “O mundo visto por homens brancos, europeus, existe, mas eles não são os únicos que veem o mundo.” (ROSA, 2020, p. 2). Ou seja, sem que elas sejam elaboradas sob uma cosmovisão única, de um mundo uniforme e possível de ler somente através de conceitos universais. É certo, contudo, que há conceitos aplicáveis a contextos diferentes, como a própria luta de classes ou a divisão social e internacional do trabalho, mas estes devem ser dialogados e complementados, de acordo com as experiências vividas e sentidos construídos, no lugar de serem simplesmente aplicados ou apenas adaptados sem uma dialogicidade crítica, a estes diferentes contextos.

E foi com base nesse conhecimento que ocorreu, como descreve Ballestrin (2013), a criação do grupo Modernidade/Colonialidade, na década de 1990, mas com trabalhos iniciados por autoras/es integrantes já a partir dos anos 1970, simbolizando um esforço conjunto em torno da crítica ao colonialismo e suas consequências. Este grupo reuniu autoras/es como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Enrique Dussel, Catherine Walsh, Immanuel Wallerstein, Boaventura de Sousa Santos, entre outras/os, que ajudaram a desenvolver, com os estudos decoloniais, um conjunto de análises e debates em torno da tríade conceitual Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD), com foco no sul global e, mais especificamente, na América Latina, contextualizando os impactos da modernidade no engendramento das colonialidades, a partir da decolonialidade ligada a ideia de “dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela colonialidade e ao desmantelamento de seus principais dispositivos” (Quintero; Figueira; Elizalde, 2019, p. 4).

Através desses objetivos pode-se perceber como o pensamento decolonial busca desestruturar as narrativas oficiais e, assim, defender o dismantelamento das colonialidades, fazendo emergir a historicidade e potência criadora do sul global.

Algumas destas motivações também podem ser percebidas na obra de Santos (2007), que aponta a configuração ocidentalizada do chamado mundo moderno, que provocou o que o autor batiza de “divisão abissal”, em escala global, sob uma lógica dicotômica na qual o “Norte” é desenvolvido e detentor/produtor dos saberes legítimos e o “Sul subdesenvolvido” assume um papel de receptor/reprodutor destes saberes. Assim, "Do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjectivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objectos ou matéria-prima para a inquirição científica." (DE SOUSA SANTOS, 2007, p. 05). E é com alicerce nessas noções que são pensadas também as sociologias das ausências e das emergências, sobre as quais Santos (2002) se debruça para elaborar uma sociologia a partir de saberes invisibilizados, ou de ausências, e marginalizados pela razão universalizante, para que assim seja viável ampliar o presente e transformar o futuro através de conhecimentos que emergem como alternativas a esta realidade “estática”, promovida por uma racionalidade que se pretende única.

Com isso em mente, tratando das epistemologias do sul, Santos e Meneses (2010) elaboram os seguintes questionamentos: “Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias?” (2010, p. 10). Partindo dessas indagações, a autora e o autor objetivam pensar as epistemologias do sul como forma de autodeterminação, como tomada de consciência alinhada à práxis da descolonização, por meio do resgate e valorização de práticas e saberes invisibilizados e marginalizados dos povos do sul global, buscando, assim, a libertação da lógica colonial erigida, visando horizontalizar e romper com a hierarquia dos saberes, não aceitando, portanto, a condição permanente de reféns do enquadramento cientificista e universalista ocidental, formulado a partir dos desdobramentos da modernidade.

Percebe-se, dessa maneira, que os processos de produção de conhecimentos e sua legitimidade formam um dos pontos fundamentais para a compreensão das relações de subalternização entre norte e sul. Sabendo disso, outras/os autoras/es também têm realizado trabalhos interessantes no mapeamento e contextualização desses processos, a exemplo de Connell (2017), que passeia por perspectivas das sociologias do sul global, defendendo a ideia

de que uma leitura mais precisa, a partir deste lugar, se dá justamente no entendimento da posição intelectual que ocupa, dentro do que conceitua como economia política do conhecimento, pensando, assim, a partir da academia, “uma ampla variedade de pensamento social vigoroso desde o mundo colonizado e pós-colonial” (Connell, 2017, p. 89), Alatas (2003), com a noção de “imperialismo acadêmico”, em razão dos processos de produção acadêmica que seguem a ordem do imperialismo político totalizante, com características de submissão e subalternização empreendidas pelos poderes hegemônicos ocidentais, que criaram uma estrutura global de dependência, objetiva e subjetivamente, e Bhambra (2014), que reflete sobre os impactos da percepção de um mundo globalizado no desenvolvimento de uma sociologia global, defendendo a necessidade de reconhecimento e valorização de epistemologias não-ocidentais nesse cenário “global colonial” de hierarquias econômico-políticas, culturais, intelectuais e raciais.

O ponto comum dessas perspectivas se dá, então, pelo duplo processo de exposição crítica de uma universalização excludente e proposição de formas de pensar que vão para além do “cânone”, buscando ilustrar suas limitações e problemáticas. Contudo, por falta de uma maior coordenação na elaboração teórica e algumas abordagens controversas, as teorias do sul também vão de encontro a certas barreiras. A respeito disso, Rosa (2020) realiza um trabalho de mapeamento de algumas dessas teorias, baseando-se nas obras de Boaventura de Sousa Santos, e particularmente as epistemologias do sul, com a questão dos saberes descentralizados de conhecimentos científicos, Raewyn Connell, e a produção sociológica acadêmica a partir do sul, e os Comaroff, que escrevem sobre o sul e a apreensão do que entendem como múltiplas modernidades, propondo que o norte estaria seguindo o caminho contrário da história universal e se aproximando do sul, mas não deixam nítido se isso é por conta das crises atuais já experienciadas no passado pelo sul ou se, numa perspectiva que seria mais "utópica", pelas relações de aprendizagem norte-sul.

Ao fazer esse apanhado, Rosa (2020) percebe que tais reflexões destacadas, em torno do sul global, têm sido generalistas e não tão bem definidas como outras correntes, a exemplo dos estudos pós-coloniais, além de não chegarem a uma concordância sobre o que de fato seria uma teoria, apontando que, "Para Santos teoria é epistemologia, para os Comaroff teoria é prática, e para Connell teoria é pensamento social acadêmico." (ROSA, 2020, p. 60). Isso mostra que o debate em torno das teorias do sul, mesmo com suas potencialidades e evidentes urgências, possui certos obstáculos e esbarra em situações problemáticas no que se refere a determinadas abordagens e à ausência de coordenação teórica sobre o que o autor denomina

enquanto “projeto do sul”. Identificar tais aspectos é fator fundamental para entender as potencialidades e sobretudo as limitações dessas proposições teóricas, pois isto auxilia no possível desenvolvimento da coordenação, do alcance e dos impactos das teorias do sul, constituindo, assim, uma práxis decolonial/anticolonial.

O fato é que, mesmo com essas problemáticas e limitações de diferentes abordagens, pode-se perceber que o maior elo entre as teorias do sul e outras contribuições epistemológicas a partir de seus significados está bem perceptível, uma vez que, de uma forma ou de outra, põem em xeque a hegemonia do pensamento ocidental, focando na crítica ao colonialismo e aos processos de dominação capitalista, produtores e reprodutores de colonialidades, como já posto. Nota-se, pois, que este é o ponto principal que deve ser levado em conta numa potencial formulação coordenada, e contínua, das teorias do sul global, pois foi o conhecimento sobre essa realidade que fez surgir a necessidade de emergência de novas formas de interpretar o mundo, a partir de cosmovisões localizadas e racionalizações contra-hegemônicas.

Entre as contribuições epistemológicas que certamente podem auxiliar nos objetivos descritos a partir da interpretação dos sentidos do sul global, Alatas (2003) elenca, por exemplo, movimentos que, a partir dos anos 1970, para além dos estudos latino-americanos em torno da decolonialidade, seguiam semelhante orientação, tal como sua busca pela criatividade endógena e tradição autônoma das ciências sociais, ou a defesa da indigenização das ciências sociais, em autores como Fahim, Helmer e Atal, entre outros que, numa perspectiva de descolonização, procuraram debater formas de dar conta de especificidades que não têm feito parte do projeto pensado pelas teorias ocidentais dominantes, como indicam as narrativas eurocêntricas das origens da modernidade e sua difusão para o resto do mundo, e a invisibilização de saberes do sul e de sociologias anticoloniais e não-ocidentais em sua agenda.

Um exemplo pertinente de uma abordagem endógena, como ponto de orientação para a formulação de teorias sociais, especificamente partindo do sul e seus significados históricos, está presente em parte expressiva das sociologias africanas, através de um contexto de lutas por libertação e enfrentamento ao colonialismo, tendo como base obras consideradas clássicas sobre o tema, tais como o Discurso sobre o colonialismo, de Aimé Césaire (2020 [1950]) e Condenados da terra, de Frantz Fanon (2022 [1961]), estudos fundamentais para a reflexão crítica do colonialismo e seus aspectos de violência estruturante, baseada no racismo como mecanismo legitimador da dominação totalizante das sociedades subalternizadas.

O principal propósito do pensamento endógeno parte, então, segundo Hountondji (2008), do princípio de que intelectuais africanos “não deveriam contentar-se em contribuir apenas para a acumulação do conhecimento sobre África, um tipo de conhecimento que é capitalizado no Norte global e por ele gerido, tal como acontece com todos os outros sectores do conhecimento científico” (Hountondji, 2008, p. 158). O autor beninense indica, assim, que a perspectiva endógena tenta romper com a lógica acerca da divisão do trabalho intelectual das periferias globais. Ou seja, a endogeneidade emerge como um modo de interpretar a realidade que aponta as limitações de uma racionalização ocidental aplicada de modo universal e acrítico. Adesina (2012) ilustra isso de forma elucidativa quando expõe que as perspectivas de gênero explicitadas pela antropóloga Ifi Amadiume e a socióloga Oyèrónkẹ Oyèwùmí, ambas da Nigéria, antagonizando o feminismo universalizante do Ocidente, atuam de maneira crucial para o entendimento das formações de identidades locais e seus comportamentos sociais.

Importante destacar, ainda, que, evidentemente reconhecendo a sua importância, a sociologia não encontra solo fértil somente dentro do ambiente acadêmico. Como foi possível notar, por meio do reconhecimento da potência criadora a partir de plurais experiências partilhadas no sul, a exemplo das epistemologias do sul, em Santos e Meneses (2010), não são apenas os conhecimentos produzidos na academia que devem ser validados como legítimos para a interpretação do mundo social, para a construção de uma imaginação sociológica comprometida em interpretar os processos sócio-históricos e as inter-relações nas sociedades.

Isso pode ser percebido, de forma nítida, no pensamento de Clovis Moura (2020 [1983]), que trata da sociologia do negro brasileiro, mas sob uma perspectiva antiacadêmica, ou seja, propondo “libertar a sociologia dos constrangimentos da fragmentação, massificação e impessoalidade do habitus científico” (DE OLIVEIRA, 2011, p. 62). Apesar desse distanciamento, por ser uma sociologia denominada militante, ou sociologia da práxis, e constituída fora da academia, o autor reflete por meio de uma tradução do pensamento marxista, como aponta De Oliveira (2011), mas através da experiência do sujeito negro em uma sociedade profundamente racista, com bases coloniais, fundamentada na contradição de classes, no sentido de abordar a negritude enquanto vivência aplicada, enquanto práxis, e não somente como conceito a ser estudado no âmbito acadêmico-científico. Foi pensando nisso, então, que Moura cunhou o termo “quilombagem”, a partir da compreensão dos níveis de organização dos quilombos frente à dominação colonial escravista, não apenas como modo de sobrevivência, mas também de preservação cultural e histórica, por meio de uma “práxis reativa” (DE OLIVEIRA, 2011) ao sistema dominante.

Essa quebra de dependência de preceitos acadêmicos – o que não significa que há uma cisão total destas teorizações com a academia, uma vez que o enfrentamento ocorre também na disputa do campo acadêmico mundial – é um dos objetivos de diversas abordagens erigidas a partir dos sentidos do sul, por cosmovisões que não estão centradas unicamente no pensamento científico dominante, mas também nas próprias experiências sociais, nos ritos e no que diversas formas de ser, estar, sentir e pensar podem prover para o conhecimento sociológico.

Um dos expoentes dessa concepção, Akinsola Akiwowo (1988) se utiliza da poesia oral para mostrar que essa forma de expressão concentra noções importantes sobre relações sociais locais, sendo possível, através dela, a compreensão de organizações da vida coletiva. De modo específico, o autor cita a poesia iorubá “Ayajo Asuwada”, que é recitada no “akintelu”, um rito de consagração nigeriano para celebrar a fundação de um novo assentamento humano na região de Osun. Ao abordar este ritual, que une poesia e oralidade, ou seja, dois elementos às margens e que sequer fazem parte do instrumental de produção de conhecimento sociológico hegemônico, Akiwowo formula uma noção sociológica, denominada de indígena, que busca “se beneficiar de ideias locais contidas na literatura oral africana para atenuar os riscos de depender completamente de conceitos e hipóteses ocidentais.” (Akiwowo, 1988, p. 160). Rosa (2019) entende, assim, que seu trabalho expande as possibilidades ontológicas da sociologia.

Um outro exemplo representativo dessa pluralidade ontológica para a construção de conhecimentos sociológicos pode ser lido em Orlando Fals-Borda (2008), que, com base em relatos de povos ribeirinhos colombianos, reflete a categoria denominada sentipensante, que busca a “unidade entre corpo-alma-razão-sentimento, dimensões da existência humana dissociada pela ciência ocidental moderna” (Barbosa, 2019, p. 38). Tal orientação serviu como práxis para guiar práticas políticas e epistemológicas de povos latino-americanos e caribenhos (Barbosa, 2019), principalmente nos movimentos dos povos originários e camponeses, em suas tradições históricas baseadas nessa unidade.

Pensando nisso, é sabido que contribuições fornecidas pela arte e outras formas de expressão, como as categorias místicas (Barbosa, 2019), bem como as demais epistemologias que emergem do sul global, para a construção dos sentidos da coletividade, causam desconcerto (ROSA, 2019) na elaboração da teoria sociológica, porque há uma quase impossibilidade de reconhecimento de saberes apartados do ideário do “mundo moderno”, isto é, outras perspectivas ontológicas, outras cosmovisões, porque a construção hegemônica da sociologia carrega um cientificismo positivista/academicista como mecanismo legitimador de seu desenvolvimento, exatamente o que as teorizações a partir do Sul têm procurado enfrentar.

O lugar do pensamento clássico nas sociologias do sul: Negação ou diálogo?

Nas discussões anteriores foi possível compreender questões fundamentais para a construção de uma imaginação sociológica, os percursos que fizeram com que a sociologia ocidental se tornasse hegemônica e as implicações a partir disso, com a exposição crítica de suas abordagens etnocêntricas, mas também com o reconhecimento de suas contribuições, bem como o fato de que as reflexões do sul objetivam, considerando isto, “produzir teorias sobre o ‘mundo’, sem que elas sejam sobre um ‘mundo’” (ROSA, 2015, p. 316). Tendo isso em mente, é possível, então, uma sociologia do sul, de viés anticolonial/anticapitalista que dialogue com a sociologia denominadamente clássica? Alatas e Sinha (2023) analisam, sobre o pensamento clássico, que “é preciso ler suas obras de modo muito mais crítico e salientar aspectos de seus escritos que têm sido eclipsados até o momento (Alatas; Sinha, 2023, p. 35). Por meio dessa perspectiva desenvolvem uma análise crítica a pontos específicos do pensamento de três dos principais nomes da sociologia clássica: Emile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.

Sobre Durkheim, Alatas e Sinha (2023) postulam que o sociólogo francês adotou, em sua obra, uma abordagem positivista e encarava a modernidade e o seu desenvolvimento como sinônimo de progresso, ignorando as políticas coloniais de múltiplas violências que possibilitaram a expansão do capitalismo enquanto sistema-mundo, produzindo marcas perenes no sul global, por meio das colonialidades (MIGNOLO, 2017). De maneira diferente, Max Weber se afastou da ideia de força externa coercitiva, como definiu Rodrigues (2004), característica pontual do pensamento de Durkheim, e desenvolveu uma perspectiva histórica de sua teorização, analisando o espírito do capitalismo como fruto de uma ética protestante (BARBOSA, 2009). Mas, segundo Alatas e Sinha (2023), tratou superficialmente as religiões na Índia e na China. Além disso, utilizou a religião judaico-cristã como categoria universal.

Outrossim, a respeito do pensamento de Karl Marx, que, numa perspectiva histórico-crítica, como destaca Aguiar (2017), utilizou a noção de materialismo histórico dialético para a compreensão das transformações sociais concretas, no seio da modernidade e desenvolvimento do capitalismo, apontando suas contradições, as novas relações de forças produtivas e suas divisões materiais e intelectuais, a acumulação de capital, o papel da mercadoria nessas novas relações e a luta de classes, Alatas e Sinha (2023) partem da ideia de que, para o sociólogo alemão, o colonialismo foi responsável pelo desenvolvimento do capitalismo, algo que, por exemplo, não ocorreu na Índia, devido às especificidades do que denominou de “modos de produção asiáticos”. A autora e o autor desenvolvem, então, uma crítica com relação a concepção genérica de Marx sobre realidades não-ocidentais.

Isto posto, é nítido o esforço destes autores clássicos pela construção de uma imaginação sociológica e no entendimento da estruturação da modernidade e seus processos subsequentes, no desenvolvimento do capitalismo e das relações de dominação e poder, mas suas concepções esbarram, evidentemente que de modos distintos, conforme evidenciado, em limitações quando se trata em pensar o mundo não ocidental, com abordagens superficiais ou com a ocultação de aspectos que deveriam fazer parte dos debates nucleares da sociologia, como a violência estruturante do colonialismo e consequentes apagamentos cultural e epistêmico. Entretanto, apesar das barreiras, as contribuições marxistas para as teorias do sul, mesmo com as limitações, operam de modo diferente dos outros dois autores, uma vez que Marx parte de uma perspectiva crítica e delineadora de caminhos para a transformação social (AGUIAR, 2017), através da compreensão histórica das relações de dominação concreta.

Mas então qual seria o lugar do pensamento sociológico clássico ocidental nas sociologias e epistemologias do sul? Não há uma resposta única para essa questão, visto que existem diversas abordagens, que vão desde a negação total das sociologias ocidentais até distanciamentos pontuais, mas também aproximações.

Nesse sentido, tomando como exemplo o grupo Modernidade/Colonialidade, com os estudos da decolonialidade, Aguiar (2017) destaca que há uma busca, por parte de suas/seus integrantes, pelo afastamento das teorias do norte global, mesmo de uma abordagem histórico-crítica, como o marxismo, focando, então, mais nos aspectos subjetivos e culturais do sul global. Porém, no mesmo grupo, há quem defenda certas aproximações, a exemplo de Aníbal Quijano e Enrique Dussel, que dialogam com as especificidades dos territórios que experienciaram o colonialismo e vivenciam as marcas das colonialidades, o que inclui as subjetividades e culturas diversas, com relação direta à macroestrutura do capitalismo universalizante e a necessidade de sua dissolução para concretização do processo decolonial.

Dessa forma, a ideia de uma aproximação das teorizações do sul com o marxismo, sobretudo a partir de uma cosmovisão anticolonial e anticapitalista das estruturas sociais e do pensamento coletivo, encontra sentido, então, em “Recuperar o tema da descolonização pelo prisma revolucionário, através da interpretação marxista da realidade, privilegiando um projeto amplo de constituição de uma vontade coletiva nacional-popular” (AGUIAR, 2017, p. 184). Evidente que isso também passa pelo reconhecimento das limitações das reflexões de Marx, o que não impede, contudo, a elaboração de diálogos geradores de uma práxis alinhada à unidade das classes subalternizadas, principalmente acerca do sul global e suas singularidades.

Em outro cenário, partindo do ponto de vista da endogeneidade, Rosa (2019) aponta que, “Para Akiwowo (1988), sociólogos africanos deveriam primeiro se apropriar das principais ferramentas da sociologia euro-americana – “endogeneizar”, nas palavras de Hountondji (1997), para posteriormente desenvolver seu modo próprio de “desracionalizar” o modo hegemônico de narrar a vida coletiva.” (ROSA, 2019, p. 394). Akiwowo defende, assim, a ideia da função utilitária das teorias ocidentais como instrumental para uma tomada de consciência que culminaria no desenvolvimento próprio de teorias contextualizadas, “desarmando” a universalização de teorias euro-estadunidenses. O diálogo assumiria, pois, um caráter muito mais tático, visando uma estratégia endógena de autodeterminação, do que uma complementaridade dialógica, como na decolonialidade de viés marxista (AGUIAR, 2017).

Entende-se, portanto, que tem sido um desafio complexo pensar o lugar da teoria sociológica “clássica” nas formulações teóricas do sul. Contudo, apesar das barreiras mais evidentes e dos justificados afastamentos, há também, como tem sido apontado ao longo do estudo, diversas contribuições das sociologias ocidentais para a construção da imaginação sociológica e para pensar possibilidades a partir das transformações sociais provenientes da era moderna, que, como ilustrado, auxiliam na organização do pensamento sociológico e no entendimento de seus objetivos.

Propõe-se, então, tomando como base o pensamento filosófico de Noguera (2014), a construção de um pensamento sociológico pluriversal, considerando que “todos os saberes emergem de contextos culturais específicos, isto é, adventos locais que, por conta do seu caráter humano, podem ser validados em outros contextos culturais. Por exemplo, uma visão pluriversal rechaça a ideia de que um povo possa ter inventado a música.” (NOGUERA, 2014, p. 35). Assim, pode-se inferir que não há também apenas um inventor da sociologia. É evidente que a hegemônica é tomada como a “original” e legítima, mas, como abordado, todos os povos possuem tradições de pensamento social e condições concretas de sistematizar suas compreensões sobre o mundo, que são capazes, pelo caráter humano e coletivo, de dialogar umas com as outras, podendo ser coerentes em contextos plurais, mas com sensibilidade crítica.

Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se compreender que uma sociologia baseada no conceito de pluriversalidade, ou seja, na percepção de que o universal existe, mas que é construído com o convívio e a simultaneidade de contextos diversos, corrobora com a ideia de coexistência sociológica multicultural (ALATAS: SINHA, 2023), isto é, que não se basearia na anulação ou negação de conceitos e concepções importantes desenvolvidos historicamente pelas sociologias do Ocidente, mas na elaboração constante de diálogos entre contextos, áreas

e formas de conhecimentos diversos, com abordagem crítica e busca pela complementaridade, quando esta fizer sentido aos seus principais propósitos, que possuem como escopo a construção de conhecimentos com base em cosmovisões e perspectivas ontológicas plurais. Essa é, portanto, a ideia de uma sociologia viva que, a partir da reivindicação dos sentidos do sul, trabalharia também para o enfrentamento das lógicas de dominação colonial/capitalista, dialogando com o pensamento histórico-crítico em contraponto a a-historicidade de abordagens estáticas e positivistas, de modo a desenvolver novas formas de ler o mundo, que é igualmente vivo.

Considerações finais

As discussões elaboradas no presente trabalho possibilitaram a compreensão de que o pensamento sociológico é elaborado continuamente, com base na interpretação de contextos definidos e relações entre indivíduos e entre indivíduos e realidades historicamente estruturadas, com suas manutenções e mudanças, dotadas de racionalizações e intencionalidades, considerando que a sociologia, portanto, não é dependente de perspectivas hegemônicas e encontra, no sul global, condições singulares e profícuas para o seu desenvolvimento.

Foi realizada, assim, partindo da crítica às pretensões universalistas do pensamento eurocêntrico e suas limitações, principalmente na invisibilização de outras cosmovisões também geradoras de teorias sociais, uma contextualização de diversas perspectivas teóricas e epistemológicas engendradas a partir da reivindicação dos sentidos do sul global, mostrando seus limites, mas sobretudo a sua capacidade crítica e criadora de formas plurais de compreender o mundo, ilustrando também as possibilidades dialógicas nas relações norte-sul.

Toda essa perspectiva mostra, desse modo, que o sul global é nascente de potencialidades frutíferas para a sociologia, enquanto realidade e enquanto projeto. Isso se dá pelas reflexões oportunizarem, através de seus sentidos, a possibilidade de elaboração contínua de uma sociologia coordenada a partir do sul, com potenciais observáveis ainda quando é interpretado como descoordenado, fragmentado por percepções que não dialogam diretamente, ou na reprodução de algumas práticas apreendidas a partir das experiências coloniais de subalternização, pois, além de suas teorizações buscarem delinear caminhos para entendimento da sua própria realidade, podem também contribuir dialogicamente para a agenda global da sociologia, por serem parte da teoria social, não resumidas a apenas um “locus” específico em permanente condição de “outro”.

Referências

ADESINA, Jimi. **Práticas da Sociologia Africana: Lições de endogeneidade e gênero na academia.** 2012.

AGUIAR, Jórisa Danilla Nascimento et al. **Entre a subalternidade e o socialismo indoamericano: existe um pensamento marxista decolonial?.** 2017.

AKIWOWO, Akinsola. **Universalism and indigenisation in sociological theory: Introduction.** *International Sociology*, v. 3, n. 2, 1988.

ALATAS, Syed Farid. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. **Current sociology**, v. 51, n. 6, p. 599-613, 2003.

ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. **A teoria sociológica para além do cânone.** Editora Funilaria, 2023.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013.

BARBOSA, Glaudionor Gomes. **Origem do capitalismo: uma comparação entre as abordagens de Max Weber e Werner Sombart.** 2009.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Estética da resistência: arte sentipensante e educação na práxis política indígena e camponesa latino-americana. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 9, n. 23, p. 29-62, 2019.

BHAMBRA, Gurminder K. As possibilidades quanto à sociologia global: uma perspectiva pós-colonial. **Sociedade e Estado**, v. 29, p. 131-151, 2014.

BOATCÃ, Manuela; COSTA, Sérgio. **Sociologia pós-colonial.** Estado da arte e perspectivas. In: Pós-colonialismo, alteridade e outras vivências, coord. Fábio Alves Ferreira/Sandra Simone Moraes de Araújo (pp.42-55), EDUPE.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** São Paulo: Veneta, 2020.

CONNELL, Raewyn. Usando a teoria do sul: descolonizando o pensamento social na teoria, na pesquisa e na prática. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 87-109, 2017.

CONNELL, Robert William. Why is classical theory classical?. **American journal of sociology**, v. 102, n. 6, p. 1511-1557, 1997.

DE OLIVEIRA, Fábio Nogueira. Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. **Plural**, v. 18, n. 1, p. 45-64, 2011.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. Para Além do Pensamento Abissal. **Novos Estudos**, n. 79, 2007.

FALS-BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina.** 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, p. 149-160, 2008.

HOUNTONGDJI, P. J. (org.). **Endogenous Knowledge: Research Trails**. Dakar, Senegal: Codesria, 1997 [1994].

IANNI, Octavio. A sociologia e o mundo moderno. **Tempo social**, v. 1, n. 1, p. 7-27, 1989.

MEGHJI, Ali. **Decolonizing Sociology: An Introduction**. 2021.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, 2017.

MILLS, Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. Editora Perspectiva SA, 2020.

NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a Lei 10,639**. Editora Pallas, 2014.

OLIVEIRA, Amurabi. **Repensando a sociologia da educação no Brasil: Ações afirmativas e teorias do sul**. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. **São Paulo: MASP Afterall**, 2019.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. DP & A Editora, 2004.

ROSA, Marcelo C. **A África, o Sul e as ciências sociais brasileiras: descolonização e abertura**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 30, n. 2, p. 313-321, maio/ago. 2015.

ROSA, Marcelo Carvalho. Sociologias Emergentes: uma agenda não-exemplar. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, p. 136-148, 2020.

ROSA, Marcelo C. Sociologias indígenas iorubá: a África, o desconcerto e ontologias na sociologia contemporânea. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 32, p. 389-408, 2019.

ROSA, Marcelo C. Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, p. 43-65, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. 2010.

SETH, Sanjay. Sociologia Histórica e Teoria Pós-Colonial: duas estratégias para desafiar o eurocentrismo. **Expedicoes: Teoria da História e Historiografia**, v. 7, n. 1, p. 263-270, 2016.

SKOCPOL, Theda; MISKOLCI, Richard. A imaginação histórica da sociologia. **Estudos de sociologia**, v. 9, n. 16, 2004.